



## GLOBALIZAÇÃO E CRISE: o jogo de ganha-ganha do capital financeiro

Samuel Costa Filho<sup>1</sup>

**Resumo:** Esse artigo trata da questão do domínio do capital financeiro e de seus elevados ganhos, mesmo após a crise do capital iniciada em 2007-2008. Inicialmente, apresenta o processo de constituição do modelo de dominância rentista; em seguida, mostra que mesmo na crise esse capital foi beneficiado e lucrou bastante e ninguém foi penalizado; a seguir, apresenta os beneficiários do sistema bancário ganhando com a crise e impondo elevados custos sociais; finaliza mostrando que nada mudou no jogo de ganha-ganha do capital financeiro. Urge um novo modelo.

**Palavras-chave:** Crise global. Capital financeiro. Ataque ultraliberal.

**Abstract:** This article deals with the question of dominance of finance capital and its high gains, even after the crisis of capital that began in 2007-2008. Initially, presents the process of constitution of the rentier model of dominance; in the sequence, shows that even in the crisis, this capital has benefited and profited greatly and no one was penalized; in the following, presents beneficiaries of the banking system and gaining with the crisis by imposing high social costs; and ends showing that nothing has changed in the game of wins-wins of the financial capital. Urge a new model.

**Keywords:** Global crisis. Financial capital. Ultraliberal attack.

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Piauí – UFPI. [smcst9@superig.com.br](mailto:smcst9@superig.com.br)



## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas três décadas do século XX, o sistema financeiro internacional criou um consenso que domina o mundo até hoje. A dinâmica do capital financeiro possibilitou, e possibilita na atualidade, uma rentabilidade extraordinária para o capital financeiro, que foi conseguida tanto no período de construção e desenvolvimento do modelo de dominação financeiro-rentista como também durante a recente megacrise, quando esse sistema obteve todo o apoio do Estado com a política de resgate dos bancos “grandes demais para quebrar”, a partir de 2007-2008; e se mantém até hoje, pois o capital financeiro conquistou poder para continuar impondo e comandando as regras do jogo econômico e político, mesmo diante da grave e prolongada crise do capitalismo global que já dura mais de seis anos. O jogo do ganha-ganha do capital financeiro mantém o predomínio do setor financeiro em nível global; e a inércia político-intelectual e a adesão da esquerda europeia ao ultraliberalismo colaboraram para a manutenção da hegemonia do sistema financeiro na lógica de curto prazo e continuam impedindo modificações e não se articulando com a construção de um novo modelo.

Nessa linha, o artigo pretende mostrar que o sistema financeiro está prolongando o jogo do ganha-ganha iniciado com a formação e desenvolvimento dessa fase do capital financeiro. Para tanto, o item seguinte apresenta a formação da dinâmica rentista; a seguir, revela que, mesmo diante da crise, esse sistema continuou ganhando, nenhum “figurão” foi penalizado, nem o sistema sofreu alterações e regulação ou punição. Em continuação, apresenta como os bancos, ao transferir as dívidas para os Estados, jogaram nessas entidades a culpa pela catástrofe de recriar o capitalismo ultraliberal. Finalizando, o trabalho conclui que se vive tempos de dominância conservadora e de regressão social, com o sistema financeiro prolongando a sua política de ganhos exorbitantes.

## 2 O PRIMEIRO TEMPO DO JOGO: a gestação e o desenvolvimento do processo de financeirização da economia

Os economistas ortodoxos apresentam o sistema financeiro como um mercado por demais importante, devido a ser intermediário e gestor do dinheiro. Neste mercado, as



diversas instituições e, hoje, o predomínio dos grandes conglomerados financeiros mundiais se encarregam da intermediação e gerenciamento do dinheiro da economia no curto prazo (mercado monetário) e nos mercados de crédito (financiamento do consumo e capital de giro), de câmbio (conversão de valores em moeda estrangeira e moeda nacional) e de capitais (financiamento dos investimentos, através de ações, debêntures ou *comercial papers*) (CAVALCANTE; MISMI; RUDGE, 2005).

O sistema financeiro passou a sofrer um determinado tipo de regulação pelo Estado depois da crise do capitalismo em 1929 e que se iniciou no coração do sistema, ou seja, nos Estados Unidos da América (EUA), espalhando-se para as diversas partes do mundo capitalista. O conjunto de instituições e os instrumentos financeiros que possibilitam a transferência de recursos dos ofertantes finais para as pessoas e empresas que necessitam de recurso e crédito nos diversos mercados foram segmentados e regulados. O Estado criou as condições para que o sistema financeiro voltasse a oferecer títulos e valores mobiliários e, inclusive, liquidez via mercados secundários. Esse processo de segmentação dividiu as instituições em áreas especializadas segundo a captação e a aplicação desses recursos.

Esse sistema funcionou bem até os anos 1970, possibilitando e estimulando o capitalismo a funcionar dentro das regras do keynesianismo e da intervenção do Estado em defesa do capital. Todavia, na crise dos anos 1970, teve início um processo de transformação do sistema financeiro internacional, que priorizou as regras de liberalização e desregulamentação do sistema financeiro. A política de mercado livre respaldou o novo consenso social que se gestou sob o predomínio do setor bancário em favor da especulação em torno da variação dos ativos financeiros. Iniciou-se o processo de conglomeração bancária no âmbito doméstico da economia, que foi seguido pela transformação dos conglomerados em bancos múltiplos e universais que forçaram e viabilizaram o esgotamento do padrão de especialização implementado após a crise dos anos 1930 (BELLUZZO, 2004).

No processo de eliminação do padrão anterior, os bancos contaram com a ajuda dos profissionais de mercado e dos economistas ortodoxos, que trataram da superficialidade econômica, criaram e passaram a difundir a ideia de crise como decorrente das elevadas dívidas públicas, da falência do Estado do Bem-Estar europeu e das demais políticas e atitudes populistas dos Estados desenvolvimentistas, dos Estados intervencionistas, além de uma histórica ineficiência dos Estados e de oposição entre Estado e mercados,



considerando-os entidades concorrentes e opostas. As arrogâncias desses economistas matemáticos lhes possibilitaram e asseguraram a apresentação de uma teoria que expõe, como critério de verdade e com coerência lógica, uma visão de funcionamento da economia que não se encontra em conformidade com a realidade de funcionamento do capital e da atual dinâmica rentista do capitalismo. Entretanto, o prestígio e o poder desses economistas aumentaram enormemente, dado que o saber que monopolizavam era o que interessava ser disseminado nas universidades, por intermédio dos principais meios de comunicação e para formação do consenso dominado pelo mercado financeiro para convencer a sociedade.

Os economistas ortodoxos construíram uma teoria demonstrando que os mercados financeiros eram autorregulados e que não havia necessidade de gerir o capitalismo em nível nacional e a economia mundial, respaldando os desejos de desregulamentação dos financistas e dos mercados financeiros, possibilitando a gestão de um novo quadro monetário-financeiro de financeirização da economia capitalista. Ao dar uma aparência científica assentada na roupagem matemática, atualizavam as justificativas do discurso do *laissez faire*, e esses economistas apareceriam como os novos profetas do capital (BRESSER-PEREIRA, 2012).

Entre os anos de 1970 e 1980, o sistema financeiro bancário primeiro implantou organismos de análise econômica que passaram a difundir notícias sobre o mercado, tendo o respaldo dos analistas econômicos da mídia conservadora, que elaboravam comentários e ideias de defesa dos interesses do sistema financeiro. Ao mesmo tempo, este sistema financeiro passou a financiar os profissionais da ortodoxia do pensamento econômico nas universidades e em *think tanks* conservadores e liberais para desenvolverem argumentos e teorias, travestidas de ciência, em defesa da desregulamentação, da liberalização, da concentração dos grandes conglomerados financeiros e da expansão de diversos tipos de ativos que foram vendidos na praça (os chamados derivativos) como se fossem artigos altamente rentáveis e seguros. Respaldo essa estratégia, o sistema remunerava agências de *rating*, como *Standard & Poor's*, *Moody's* e *Fitch Ratings*, que foram endeusadas como organismos neutros e tecnicamente capazes de realizar as análises e os estudos de viabilidade de riscos dos mais diversos ativos, das diferentes empresas e de países que estivessem dispostos a seguir o **dever de casa** do Consenso de Washington, e assim indicar os que, segundo a lógica deste cassino global, eram os mais adequados para



aplicação, por possibilitarem, ao mesmo tempo, rentabilidade e segurança, como exigiam os aplicadores (BELLUZZO, 2004).

O sistema financeiro, respaldado pelas pesquisas desse grupo, conseguiu disseminar um discurso que louva a dominância e o triunfo do capital financeiro, com ajuda da mídia conservadora, usando conceitos de economia capitalista apregoados pelos economistas matemáticos, engenheiros e outros profissionais que são intelectuais orgânicos e apologistas do capital, através de diferentes escolas ortodoxas e liberais de Economia - todos respaldando a defesa da eficiência e da competitividade decorrente da elevada ineficiência dos mercados financeiros. No auge do neoliberalismo, os anos 1980 e 1990 e até meados de 2000, as agências de risco passaram a figurar como uma espécie de mensageiros divinos, estando sempre acima da constituição dos países, das leis, da ordem e das questões da democracia. O neoliberalismo, como ideologia, uniu os rentistas e o pessoal da tecnoburocracia, constituída por jovens gananciosos que foram estimulados a aderir aos encantos da área financeira - uma tropa de choque formada por *Phd's* e *Mba's* formados nos EUA, que passou a criar diversos mecanismos de inovações financeiras, permitindo ao setor rentista dominar a dinâmica do capitalismo, obtendo rendimentos elevados.

O capital rentista e a economia capitalista, sob a lógica de um modelo parasitário rentista e fictício, possibilitaram ao sistema financeiro ganhos elevados por mais de três décadas, quando eliminaram todo o sistema de regulação sobre o setor financeiro, predominando o consenso do "There is no alternative", a ideologia do capital rentista e do ultraliberalismo, com arrogância e com discursos de fim da história, vantagens de um novo mundo globalizado e vitória do capitalismo. Ocorreu que a história se encarregou de desmascarar toda a farsa. Esse capital fictício levou o capitalismo a uma crise avassaladora, justamente nos países desenvolvidos, os quais difundiam as ideias para os ingênuos e incautos que vivem na periferia. Os EUA, principais ideólogos do capital rentista e do ultraliberalismo, vinham impondo, por meio do Banco Mundial, da Organização Mundial de Comércio e do Fundo Monetário Internacional (FMI), uma agenda para os países que se prontificassem a receber empréstimos e ajuda do capital financeiro internacional. Uma receita que Chang (2004) classificou de "chutando a escada", por impedir o desenvolvimento econômico dos países que adotassem essas medidas.



O sistema financeiro internacional ganhou muito dinheiro ao vender ativos tóxicos, lixo, capital fictício; papel que nada valia. Adveio a crise, que não apresenta perspectiva de acabar, em meio à qual os antigos liberais e os financistas recorreram à procura da intervenção salvadora do Estado e imploraram e receberam o socorro do Estado burguês.

### **3 O INTERVALO DO JOGO: a crise e a política de socialização dos prejuízos**

A solução implementada na crise do mundo do capital - como sempre, realizada pelo capital - foi a aplicação de medidas de políticas econômicas de austeridade que objetivam socializar os prejuízos em favor dos saques dos piratas do mercado financeiro, transferindo para a população o ônus da falência, e sanar o sistema financeiro internacional, que não desmontou a jogatina financeira e fictícia. O Estado não objetivou outra solução, transferiu a conta para a sociedade. Os financistas não somente solicitaram e conseguiram o apoio do Estado, mas, o que é mais incrível, capitanearam todo o processo objetivando salvar o capital financeiro e garantir sua sobrevivência.

Em meio à grave crise, os Estados já implementaram programas de resgate do sistema financeiro com gastos trilhonários, promovendo sempre, por outro lado, uma política recessiva e de redução dos gastos públicos, dos direitos sociais, das políticas públicas, dos direitos dos funcionários públicos e até dos aposentados, que servia aos bem de vida, aos saqueadores do mercado financeiro. Na Grécia e na Itália, chegou-se ao cúmulo de atacar a democracia, com a substituição de dois primeiros-ministros eleitos por serviçais da banca (Goldman Sachs), que passaram a administrar a crise em favor da banca (Mario Draghi - Goldman Sachs, na Itália, e Lucas Papademos - vice-presidente do Banco Central Europeu - , na Grécia). As justificativas dos ideólogos do mercado financeiro e dos economistas ortodoxos passaram a isentar a economia de mercado, o capital financeiro e as estripulias dos piratas do mercado financeiro global pela desordem de crise global; disseminaram uma compreensão insuficiente e errônea culpando a dívida pública do Estado burguês.

Os bancos foram salvos, mas não as economias nacionais. A política econômica das elites europeias e do Partido Republicano dos EUA tem usado a crise para manter a continuidade do processo que redistribuiu a riqueza em favor dos mais ricos, agora à custa do corte nos gastos sociais. A política conservadora em curso visa simplesmente cortar



gastos públicos, e o processo de degradação social no mundo desenvolvido já está avançado (ASSIS, 2013). A teoria econômica que respaldava a realidade mundo, do mercado, criou uma fraude que teima em não querer mudança. Para manter tal situação, o Estado salvou e absorveu grande parte da dívida do sistema financeiro, que não foi penalizado e muito menos deixou que surgisse um novo sistema de regulação bancária, ganhando novamente muito dinheiro. Desse modo, agora é esse sistema financeiro que é salvo pelo Estado; Estado que se endividou para cumprir as ordens do capital e do sistema bancário e que está sendo colocado na berlinda ao ser acusado de único culpado pela crise do capitalismo. O setor público vê-se, novamente, diante da imposição de políticas de austeridade, cobrando e recebendo elevado volume de recursos dos contribuintes, repassados facilmente para o sistema financeiro. Para atender ao capital, os Estados dos países desenvolvidos, na linha da política de privatização dos lucros e socialização dos prejuízos, típica do capital, estão procurando destruir os avanços sociais e significativos da cidadania e os direitos dos trabalhadores, o Estado do bem-estar social, Estado providência ou Estado social (SANTOS, 2013).

#### **4 O SEGUNDO TEMPO DO JOGO:** a manutenção do domínio e da defesa do capital financeiro aprofundando as desigualdades próprias do capitalismo

Todas as justificativas dos ideólogos do mercado financeiro imputaram a crise do capitalismo, novamente, à crise do Estado e não à dinâmica do capital fictício. Nesse contexto, passado o período inicial da crise e o mercado sentido-se mais seguro, o capital financeiro internacional continuou tentando puxar a mesma corda e mantendo o modelo que causou a queda do *Lehman Brothers* (JUSTUS, 2013). Nada mudou no modelo de ganhar-ganha do capital financeiro; apenas a conta foi transferida mais direta e descaradamente para a sociedade. Resumindo, a história do capital novamente confirma e demonstra que há uma cooperação do Estado democrático ou ditatorial em favor do capital e do livre-mercado. O Estado é um forte aliado dos mercados; sua atuação prima e segue a regra de viabilizar as atividades do sistema capitalista e do mercado. Conflitos entre eles, quando existem, são exceção. O Estado do bem-estar social foi um excelente investimento para o capital em uma época específica da história; momento em que o Estado serviu para elevar a rentabilidade



do capital ao cuidar de reduzir o custo da força de trabalho para o bem do capital e manter um pacto social que preservava os interesses do capital.

Hoje, com o domínio e predominância do capital financeiro, o sistema objetiva estimular o consumo via crédito, estimulando os consumidores a viverem endividados, os quais permanecem viciados no crédito, arcando com o custo de financiamentos elevados, pagando juros. O Estado e o fundo público são excelentes para que esse capital encontre rentabilidade, segurança e liquidez (BAUMAN, 2010). Esse processo, segundo George Monbiot, articulista do *The Guardian*, mantém a lógica do modelo do ganha-ganha do capital financeiro e “A crise demonstra que o pensamento neoliberal é uma fraude de alto a baixo. As demandas dos ultra-ricos foram vestidas com adornos de uma teoria econômica sofisticada.” (MONBIOT apud BELLUZZO 2013, p. 23).

As consequências do jogo estão a aparecer: fim da classe média, aumento da distância entre ricos e pobres; o desemprego na Espanha já atinge 26% da população ativa; e seu efeito sobre a população mais jovem (de 16 a 24 anos) apresenta uma taxa de desemprego que em 2012 era de 55%. Desse modo, ocorre um aumento da desigualdade de renda que se torna brutal tanto na Europa como nos EUA. Nestes, em 1978, um norte-americano típico ganhava por volta de 48 mil dólares ao ano, enquanto um profissional de elite recebia cerca de 393 mil dólares anuais. Em 2010, a remuneração do trabalhador médio recuou para 33 mil dólares ao ano, e este cidadão não percebeu a queda do padrão do nível de vida, devido ao fácil e farto acesso ao sistema de crédito que encobria essa enorme deterioração de nível de vida. Por outro lado, os profissionais da elite elevaram seu poder e remuneração (para quase o triplo), recebendo mais ou menos 1,1 milhão de dólares/ano. E, o que é pior, a desigualdade chegou a tal nível que apenas 400 megamilionários dos EUA possuem mais riqueza que 150 milhões de norte-americanos que compõem a base da pirâmide (BARKER; CASTILHO, 2013). O 1% mais rico dos americanos, na última geração beneficiado pelas leis fiscais, utilizando parte dos lucros para financiar políticos aliados e comprar os meios de comunicação para controlar a percepção dos americanos.

A Europa enfrenta um processo de regressão social, insegurança, desemprego, recessão, deterioração dos serviços sociais e das condições de vida e miséria, avançando na destruição do Estado providência ou do bem-estar social em nome da preservação do Euro. Os governos dos EUA e da Europa pouco ou nada aprenderam com a crise financeira,





pois, no início da crise, os cinco grandes bancos detinham 43% dos ativos da economia norte-americana, e o governo nada fez para impedir que, em 2012, chegasse a 55%, o que torna o perigo de nova crise bastante provável (RICUPERO, 2013). Não é surpresa a continuação do jogo de ganha-ganha do capital financeiro, a falta de alternativas e a adesão da esquerda europeia ao discurso neoliberal. Aceitando a regressão social, insegurança e desemprego, impostos pela *Troika* - FMI, Banco Central Europeu e Comissão Europeia -, construíram apenas um arranjo paliativo, evitando um debate a respeito das penas e impedido o surgimento de uma proposta alternativa que leve e contemple uma mudança de regras desse jogo de absoluto controle das elites financeiras.

## 5 CONCLUSÃO

Nada foi feito para penalizar os bancos nem para eliminar os incentivos que levaram aos comportamentos de assumir riscos excessivos e escândalos. Nenhum banqueiro importante foi preso e julgado. Os Estados e a política foram dominados pelo sistema financeiro internacional. A primazia continua com a dominância do capitalismo rentista: desigualdade crescente, desemprego maciço, desperdício assombroso, a deterioração social é crescente e a desigualdade de riqueza e renda alarmantes. O jogo não terminou; os financistas continuam preocupados apenas em ganhar mais dinheiro para eles e para os rentistas. Continua o jogo de ganha-ganha do capital financeiro e não importam as consequências. Urge o desenvolvimento de um novo paradigma que, primeiro, esteja respaldado no ser humano, que resgate a questão da sustentabilidade ambiental, evite o desperdício dos recursos naturais e de comida, impeça a política e o processo de obsolescência planejada dos bens duráveis consumidos e que ocorra uma mais justa e melhor distribuição da riqueza e dos frutos do progresso em benefício da humanidade e não de uma pequena minoria.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, J. C. **A miragem da recuperação da Europa pela ótica de Davos**. 28 jan. 2013. Disponível em: <[http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna\\_id=5951](http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5951)>. Acesso em: 08 fev. 2013.



BARKER, A.; CASTILHO, I. **EUA: o aumento brutal da desigualdade**. 23 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.outraspalavras.net/2013/01/23/eua-o-aumento-brutal-da-desigualdade/>>. Acesso em: 25 jan. 2013.

BAUMAN, Z. **Capitalismo parasitário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

BELLUZZO, L. G. **Ensaio sobre o capitalismo no século XX**. São Paulo: Unesp; Campinas: Unicamp, 2004.

BELLUZZO, L. G. Em Davos, o pessimismo dos ricos. **Carta Capital**, São Paulo, a. XVIII, n. 733, 30 jan. 2013. p. 23.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O poder dos economistas**. 02 jan. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizcarlosbresserpereira/1028720-o-poder-dos-economistas.shtml>>. Acesso em: 02 jan. 2012.

CAVALCANTE, F.; MISMI, J. Y.; RUDGE, L. F. **Mercado de capitais: o que é, como funciona**. Rio de Janeiro: Elsevier: 2005.

CHANG, H. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Unesp, 2004.

JUSTOS, M. **'Modelo que causou queda do Lehman Brothers não mudou'**. 30 jan. 2013. Disponível em: <[http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=21560](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=21560)>. Acesso em: 06 fev. 2013.

RICUPERO, R. Iguais aos Bourbons. **Folha de S. Paulo**. 04 fev. 2013. [online]. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/92229-iguais-aos-bourbons.shtml>>. Acesso em: 04 fev. 2013.

SANTOS, B. S. **Estado social, estado providencia e do bem-estar**. 30 dez. 2012. Disponível em: <[http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=21456](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=21456)>. Acesso em: 02. jan. 2013.